

OF. 35

Termo de Execução Descentralizada

Módulo Transferegov.br

20 e 24 de outubro de 2025 / Brasília-DF



Palestrante

Luciano Machado

Chefe da Assessoria Técnica da PF/Inep. Antes, atuei como Chefe do Núcleo de Inovação da Coordenação de Matéria Finalística da PF/Inep. Mais de 12 anos de experiência com a temática de parcerias da União (captação de recursos, plano de trabalho, formalização, acompanhamento/ fiscalização e prestação de contas), possuindo, ainda, conhecimento sobre TED, além de amplo domínio na operacionalização da plataforma eletrônica Transferegov.br. Participei da capacitação de milhares de servidores em diversos cursos pelo Brasil. Instrutor na antiga escola de governo da ESAF e conteudista de cursos em EAD da Escola Nacional de Administração Pública do Governo Federal (ENAP), além de outras parcerias. Graduando em Direito.

Termo de Execução Descentralizada - TED



PLANEJAMENTO

GES

EXECI

CONTABILID

TRATAÇÕES PUBL

LE



PROF_LUCIANOMACHADO



Sumário

1. Introdução

1.1. O TED como um instrumento para uma gestão pública mais eficiente

1.2. Ciclos de regulamentação do TED pelos Decretos 6.170/2007 e 8.180/2013 e por Portarias Interministeriais

2. Decreto 10.426/2020 e sua estrutura normativa

2.1. Conceito de TED

2.2. Tipos de TED

2.3. Exceções quanto à necessidade de formalização de TED

2.4. Vedações para a celebração de TED



Sumário

3. Principais questões relacionadas aos TED e o Programa

3.1. Gestão de Perfis

3.2. A justificativa para a celebração do TED

3.3. Caracterização dos interesses recíprocos

3.4. Problema a ser resolvido

3.5. Público alvo

3.6. Capacidade técnica e gerencial

3.7. Plurianualidade

3.8. Custos indiretos



Sumário

4. Formalização dos termos

4.1. Observações preliminares

4.2. Descrição do objeto

4.3. Definição dos resultados esperados e dos cronogramas de execução do projeto e desembolso

4.4. Previsão orçamentária e sua relação com o plano de aplicação

4.5. Vigência

4.6. Projeto Básico e Termo de Referência



Sumário

5. Análise do Projeto

5.1. Análise da Proposta

5.2. Análise do Plano de Trabalho;

5.3. Análise do Projeto Básico e do Termo de Referência

5.4. Demais Observações

5.5. Cláusulas Necessárias

5.6. Vigência

5.7. Requisitos para Celebração



Sumário

6. Assinatura e Publicação

6.1. Assinatura

6.2. Publicação

7. Execução do TED

7.1. Atribuições da Unidade Descentralizadora

7.2. Atribuições da Unidade Receptora de Recursos

7.3. Liberação de Recursos

7.4. Vigência e Prorrogação

7.5. Fiscalização da execução do objeto

7.6. Vedação para a execução

7.7. Contratação de terceiros

PLANEJAMENTO

ORÇAMENTO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CONTABILIDADE

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

CONTROLE



Sumário

8. Providências que podem ser adotadas para corrigir problemas detectados durante a execução do TED

8.1. Alterações no TED

8.2. Prorrogação de ofício

8.3. Celebração de termo aditivo

8.4. Denúncia e Rescisão

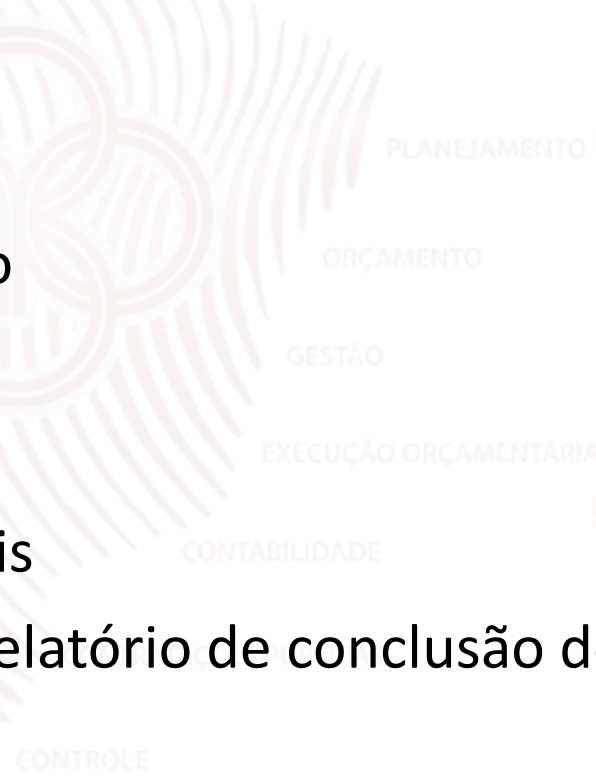
9. Prestação de contas

9.1. Prestações de contas parciais

9.2. Prestação de contas final (Relatório de conclusão do objeto)

9.3. Devolução de recursos

9.4. Tomada de Contas Especial



1. Introdução

PLANEJAMENTO

ORÇAMENTO

GESTÃO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CONTABILIDADE

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

CONTROLE



1.1. O TED como instrumento para uma gestão pública eficiente

Parecer 593/2015 CONJUR-MDA/CGU/AGU:

“Com efeito, é comum se constatar que o órgão ou entidade para o qual se encontra alocada determinada dotação orçamentária ou não tem como executar sozinho aquela ação de governo considerando a abrangência da mesma ou, se vier a executá-la, o fará com menos eficiência que juntamente com outro, posto que desprovido da estrutura e recursos humanos ou tecnológicos necessários à melhor execução.”



1.1. O TED como instrumento para uma gestão pública eficiente

A descentralização de crédito é assunto de natureza estritamente orçamentária. Assim sendo, o TED não ostenta uma natureza contratual e pretende conferir dinamismo ao funcionamento e à organização da administração federal.

Dito de outra forma, busca tornar mais eficiente a execução orçamentária, permitindo que outro ente, diverso daquele a quem inicialmente foram alocados os recursos, execute despesas para cumprir ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora.



1.2. Ciclos de regulamentação do TED pelos Decretos 6.170/2007 e 8.180/2013 e por Portarias Interministeriais

Decreto nº 825/1993, que estabeleceu normas para a programação e execução orçamentária e financeira, já previa a possibilidade de descentralização de créditos, por meio de **Convênios**.

Decreto nº 6.619/2008 estabeleceu o **Termo de Cooperação** como o instrumento adequado para ajustar-se a transferência de crédito orçamentário.

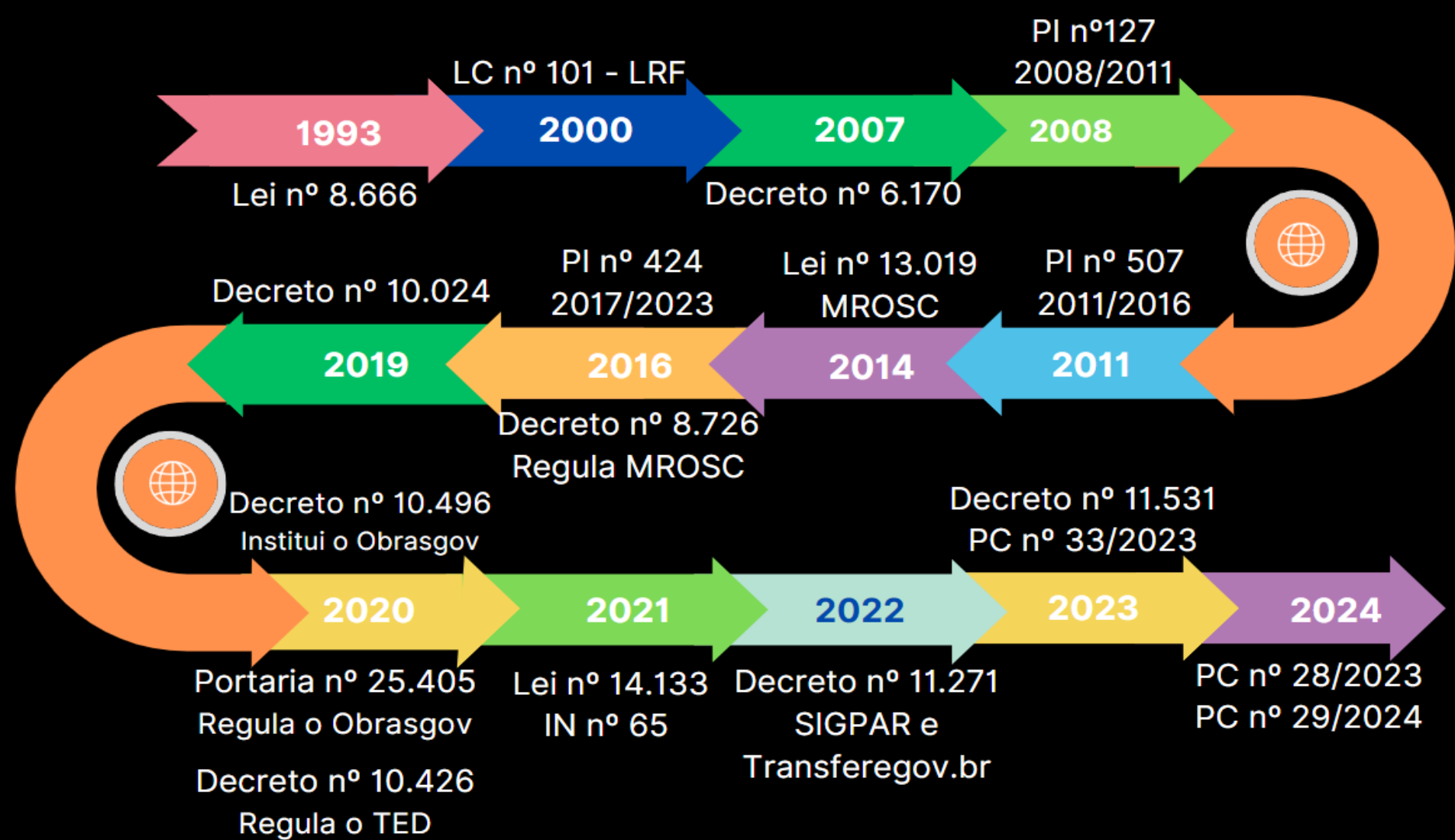
Art. 6, III, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 127/2008 **proibiu expressamente a celebração de convênios** entre órgãos e entidades da administração pública federal. Adicionalmente, determinou que, nessa hipótese, fosse formalizado um **Termo de Cooperação**.

Art. 1º, § 1º, III, do Decreto nº 6.170/2007, com a redação conferida pelo Decreto nº 8.180/2013, **introduziu o Termo de Execução Descentralizada** em substituição ao **Termo de Cooperação**.

Decreto nº 10.426/2020 dispôs sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de **Termo de Execução Descentralizada**.

Lei nº 8.958/94, regulamentada pelo Decreto nº 5.205/2004 revogado pelo Decreto nº 7.423/2010 – IFES, ICTs e FAP.





Lei nº 8.958/94, regulamentado pelo Decreto nº 5.205/2004 revogado pelo Decreto nº 7.423/2010 – IFES, ICTs e FAP



2. O Decreto 10.426/2020 e sua estrutura normativa

ORÇAMENTO
GESTÃO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CONTABILIDADE
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTROLE



2.1. Conceito de TED

- ✓ Instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática.

(Art. 2º, I, Decreto nº 10.426, de 2020)



2.1. Conceito de TED

Trata-se de descentralizar créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração do TED, com vistas à execução de ações de interesse recíproco ou de interesse da unidade descentralizadora.

Essa descentralização também configura delegação de competência para a unidade descentralizada promover a execução de programas, projetos ou atividades previstos no orçamento da unidade descentralizadora.



2.1. Conceito de TED

Descentralização de créditos orçamentários: transferência de uma unidade orçamentária ou administrativa para outra do poder de utilizar créditos orçamentários ou adicionais que estejam sob a sua supervisão ou lhe tenham sido dotados ou transferidos.

São operações descentralizadoras de crédito:

a) destaque: operação descentralizadora de crédito orçamentário em que um Ministério ou Órgão transfere para outro Ministério ou Órgão o poder de utilização dos recursos que lhe foram dotados. Deve ser respeitada fielmente a classificação funcional e por programas. É considerada uma descentralização externa;



2.1. Conceito de TED

b) provisão: operação descentralizadora de crédito orçamentário, realizada entre Unidades Gestoras de um mesmo Órgão ou Entidade integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, respeitada, fielmente, a classificação funcional e por programas. É uma descentralização interna de créditos.



2.1. Conceito de TED

PORTARIA SEGES/ME Nº 13.405, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

Art. 1º Os termos de execução descentralizada - TED, celebrados a partir de 1º de janeiro de 2022, deverão ser operacionalizados na Plataforma +Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022.



CPI das ONGs

Acórdão nº 879/2005-TCU-Plenário

Acórdão nº 1777/2005-TCU-Plenário

Acórdão nº 2.066/2006-TCU-Plenário

80% das TCEs do TCU advinham de recursos transferidos

Documento de Visão do Portal de Convênios



Sistema de Gestão de Parcerias - SIGPAR

DECRETO Nº 11.271, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2022

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Gestão de Parcerias da União - Sigpar, com vistas a organizar as atividades de planejamento, coordenação, orientação e gestão das parcerias para implementação de políticas públicas de forma descentralizada, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.



Sistema de Gestão de Parcerias - SIGPAR



Sistema de Gestão de Parcerias - SIGPAR

Art. 2º O Sigpar compreende as seguintes formas de parcerias que envolvem colaboração mútua e interesse público e recíproco:

I - transferência de recursos financeiros;

II - **descentralização de créditos orçamentários**;

III - aquisição e doação de bens materiais ou serviços;

IV - execução de recursos provenientes de renúncia fiscal; e

V - cooperação a título gratuito, sem transferência de recursos ou de bens da União.



Sistema de Gestão de Parcerias - SIGPAR

Art. 7º Fica instituído o Transferegov.br, plataforma tecnológica integrada e centralizada, com dados abertos, destinada à gestão, informatização e operacionalização das parcerias de que trata este Decreto.

§ 1º O Transferegov.br será o sistema estruturante do Sigpar.

§ 2º O acesso ao Transferegov.br será realizado por meio de sítio eletrônico específico.

§ 3º A realização de cadastro prévio no Transferegov.br é condição para a formalização das parcerias nele operacionalizadas.



Bem-vindo ao portal sobre transferências e parcerias da União

ACESSE


Transferegov.br


Obrasgov.br


Gestaopublica.gov.br


Rede de Parcerias


Acesso livre


Calendário

TRANSFEREGOV.BR

Termo de Execução Descentralizada - TED



Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a descentralização de créditos entre **órgãos e entidades da administração pública federal** integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada – TED (Decreto nº 10.426/2020)



2.1. Conceito de TED

Em decorrência de sua natureza e das obrigações que dele irão advir para as entidades e/ou órgãos envolvidos, o termo deve em princípio ser submetido à prévia análise do respectivo órgão de assessoramento jurídico.

- ✓ Na celebração de TED que utilize os modelos padronizados de que trata o art. 25 fica facultada a dispensa de análise jurídica.

(Art. 12, Decreto nº 10.426, de 2020)



2.1. Conceito de TED

- I – Termo de Execução Descentralizada;
- II – Plano de Trabalho;
- III – Declaração de Compatibilidade de Custos;
- IV – Declaração de Capacidade Técnica da Unidade Descentralizada;
- V – Relatório de Cumprimento do Objeto; e
- VI – Check-list para celebração do TED.



2.2. Tipos de TED

✓ A descentralização de créditos orçamentários de que trata este Decreto será motivada e terá as seguintes finalidades:

- I - execução de programas, de projetos e de atividades de interesse recíproco, em regime de colaboração mútua;
- II - execução de atividades específicas pela unidade descentralizada em benefício da unidade descentralizadora; ou
- III – ressarcimento de despesas.

(Art. 3º, Decreto nº 10.426, de 2020)



1º - Tipo de Descentralização

- execução de programas, de projetos e de atividades de **interesse recíproco**, em regime de **colaboração mútua**;



MINISTÉRIO DO
ESPORTE



MINISTÉRIO DA
DEFESA

CONTROLE

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

CONTABILIDADE

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

GESTÃO

ORÇAMENTO

PLANEJAMENTO

2º - Tipo de Descentralização

II - execução de **atividades específicas** pela unidade descentralizada em benefício da unidade descentralizadora



Capacitar corpo técnico

- Processo simplificado
- Atividade centralizada
- Oportunidades
- Utilização de padrões estabelecidos
- Avaliar Art. 5º do Decreto 10.426/20

PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO
GESTÃO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CONTABILIDADE
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTROLE

3º - Tipo de Descentralização

III - ressarcimento de despesas



2.3. Exceções quanto à necessidade de formalização do TED

✓ É dispensável a celebração de TED para a descentralização de créditos:

I - de até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);*

- R\$234.345,37 (Portaria SEGES/MGI nº 892, de 6 de fevereiro de 2025)

I – A – oriundos da Unidade Orçamentária Fundo Social

II - de quaisquer valores, para a finalidade de que trata o inciso III do caput (ressarcimento de despesas);

(Art. 3º, § 3º, Decreto nº 10.426, de 2020)



2.3. Exceções quanto à necessidade de formalização do TED

III - para a aquisição e contratação de bens e de serviços ou o desenvolvimento e manutenção de plataformas tecnológicas em que a execução contratual seja centralizada por meio da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos;

IV - entre as unidades gestoras cujos órgãos sejam integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal – Sicom

(Art. 3º, § 3º, Decreto nº 10.426, de 2020)



2.3. Exceções quanto à necessidade de formalização do TED

V - entre os Ministérios do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar com a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab para a execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e demais operações de aquisição de alimentos; ou

VI - entre o Ministério de Portos e Aeroportos e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT para a execução das ações referentes às políticas públicas do Programa Portos e Transporte Aquaviário.

(Art. 3º, § 3º, Decreto nº 10.426, de 2020)



2.3. Exceções quanto à necessidade de formalização do TED

- ✓ Nas hipóteses de ressarcimento de despesas, a descentralização dos créditos orçamentários será realizada por meio da emissão de notas de movimentação de crédito e de programação financeira, que serão registradas no Siafi.

(Art. 4º, Decreto nº 10.426, de 2020)



2.3. Exceções quanto à necessidade de formalização do TED

Entendimentos do TCU:

No caso do ressarcimento de despesas, deverão ser anexados ao processo documentos que comprovem a efetiva realização dos gastos que serão reembolsados, tais como, atesto da despesa, ordem de serviço ou fatura.

É possível ressarcir despesas de custeio, desde que seja demonstrada a conveniência para a unidade descentralizadora de a contratação ser realizada por outra unidade.

O ressarcimento de despesas deverá ser excepcional, devidamente fundamentado e instruído.



2.4. Vedações para a celebração de TED

- ✓ É vedado o fracionamento de descentralizações para a consecução de um único objeto.
- ✓ As informações referentes à execução dos créditos recebidos integrarão as contas anuais da unidade descentralizada a serem apresentadas aos órgãos de controle, nos termos da legislação.

(Art. 4º, §§ 2º e 3º, Decreto nº 10.426, de 2020)

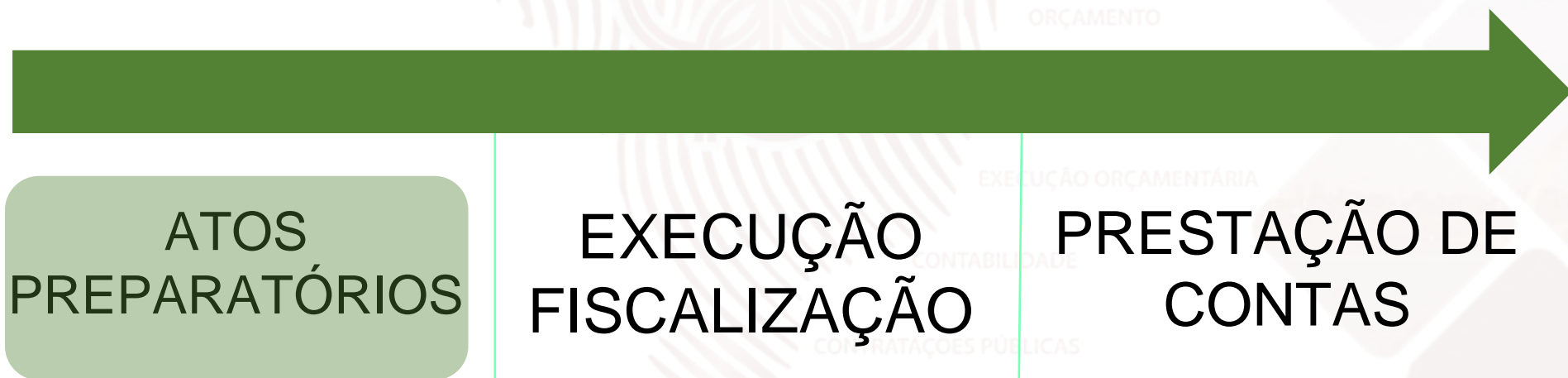


3. Principais questões relacionadas aos TED e o Programa



Termo de Execução Descentralizada - TED

3 FASES DA TRANSFERÊNCIAS













Planejamento Público



3.1. Gestão de Perfis

Perfis ⓘ

<input type="checkbox"/>	 Cadastrador de Ente Federal - Nível 1 (Intermediária) 	<input checked="" type="checkbox"/>	Executor Repassador - TED - Nível 1 (Intermediária) 
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestor Recebedor - TED - Nível 1 (Intermediária) 	<input type="checkbox"/>	Gestor Repassador - Especiais - Nível 1 (Intermediária) 
<input type="checkbox"/>	Gestor Repassador - Especiais - Nível 2 (Intermediária) 	<input type="checkbox"/>	Gestor Repassador - FaF - Nível 1 (Intermediária) 
<input type="checkbox"/>	Gestor Repassador - FaF - Nível 2 (Intermediária) 	<input checked="" type="checkbox"/>	Gestor Repassador - TED - Nível 1 (Intermediária) 
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestor Repassador - TED - Nível 2 (Intermediária) 		

Cancelar **Confirmar**

Fluxo Operacional - TED



F4 – Descentralizador para assinar: perfil ATUUG no SIAFI;
Gestor repecedor para assinar: operacional do TED



Fluxo Operacional



Exercício 1

Gestão de Perfis



PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CONTABILIDADE
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTROLE





Descentralizadora - Repassador

CPF 046.408.531-49

2981 - SEDGG - Secretaria Especial de
Desburocratização, Gestão e Governo Digital

SENHA
Sol@2024

TRANSFEREGOV.BR



Descentralizada – Recebedor

CPF 647.967.011-68

235876 – ME - Ministério da Economia

3.2. A justificativa para a celebração do TED

Na justificativa para a celebração do TED, que também pode ser denominada motivação, o gestor da descentralizada deve expor as razões que o fizeram optar pela execução descentralizada.

Afinal, a assinatura do termo de execução descentralizada é, via de regra, uma decisão discricionária, o que implica dizer que sua motivação deverá ser explicitada.



3.2. A justificativa para a celebração do TED

Parecer Referencial SEI nº 13085/2020/ME

10. Inicialmente, quanto à justificativa para a descentralização de crédito, o art. 2º da Lei nº 9.784/99 coloca a motivação como um dever a ser seguido pela Administração Pública. Isso significa que qualquer atuação pública deve ou ser explicável em si, ou ser motivada expressamente nos autos. Entretanto, essa afirmação não implica em uma preferência ou preterição da descentralização de crédito em razão a outras possibilidades de execução da atividade (execução direta, indireta, por contrato, parceria etc), pois ausente qualquer determinação normativa nesse sentido, de modo que bastaria a justificativa das razões que levaram à essa decisão, sem necessidade de se especificar motivos pela não adoção de qualquer outra opção eventualmente disponível.

11. Na justificativa em questão deve tanto a unidade descentralizadora quanto a descentralizada demonstrar o enquadramento da situação em algum dos incisos do art. 3º que permitem a descentralização de crédito. Ou seja, é necessário que a justificativa estabeleça a finalidade de "execução de programas, de projetos e de atividades de interesse recíproco, em regime de colaboração mútua", "execução de atividades específicas pela unidade descentralizada em benefício da unidade descentralizadora" ou de "ressarcimento de despesas".



3.3. Caracterização de interesses recíprocos

Quando os TED foram introduzidos no ordenamento jurídico, foi questionada a necessidade de interesses recíprocos. Contudo, desde o início, o TCU entendeu que não era obrigatória a existência desses interesses.

Com o advento do decreto regulamentador, restou assente que os TED podem ser celebrados desde que haja interesse apenas da descentralizadora.



3.4. Problema a ser resolvido

O problema a ser resolvido deve ser perfeitamente caracterizado, de forma a embasar a tomada de decisão.

ORÇAMENTO
GESTÃO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CONTABILIDADE
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTROLE



3.5. Público-Alvo

O público-alvo é o conjunto de pessoas que serão beneficiadas pelas atividades executadas de forma descentralizada.

Sua definição é vital para possibilitar a análise dos resultados obtidos pelo TED, a qual deverá ser realizada pela unidade descentralizadora.



3.6. Capacidade técnica e gerencial

Um dos requisitos críticos de um TED é a descentralização de créditos para uma unidade que detenha capacidade técnica e gerencial adequada para executar de forma eficiente e eficaz a atividade que lhe foi conferida.

Em conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto, quando se tratar da execução de atividades específicas pela unidade descentralizada em benefício da unidade descentralizadora, essa última poderá realizar um chamamento público.



3.6. Capacidade técnica e gerencial

Por meio do chamamento público, será possível ampliar a competitividade e buscar melhores preços.

Contudo, de forma motivada, poderá ser feito convite para determinado órgão/entidade, caso este possua competência e expertise para realizar aquela atividade específica ou apresente interesse recíproco em executar programas, projetos e atividades, por exemplo.

De qualquer forma, a opção deverá ser motivada.



3.6. Capacidade técnica e gerencial

O objeto do TED deve constar na execução das atividades finalísticas do órgão recebedor. Por esse motivo, a unidade descentralizadora deve avaliar previamente se a entidade a ser beneficiada tem, nas suas atribuições estatutárias ou regimentais, compatibilidade com o objeto pretendido, em observância aos princípios constitucionais da legalidade e da eficiência.

Além disso, deve-se analisar a capacidade técnica do órgão recebedor, verificando se ele terá condições de executar adequadamente a ação governamental a ser descentralizada.



3.7. Plurianualidade

Quanto o período de vigência do TED ultrapassar um exercício financeiro, o respectivo instrumento deverá indicar o crédito e o empenho para atender à despesa no exercício em curso (aquele no qual foi celebrado o mencionado instrumento).

Também deverão ser registradas contabilmente as despesas que serão executadas nos exercícios subsequentes.

A unidade descentralizadora ficará obrigada a incluir em suas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes a dotação necessária à execução do instrumento.



3.7. Plurianualidade

No caso dos TED cuja vigência ultrapasse o exercício fiscal, deve-se atentar para o estabelecimento de um cronograma detalhado que permita aferir o atingimento das metas relativas a cada exercício (metas parciais).

Isso é importante também porque a unidade transferidora deverá inserir no seu relatório de gestão, a ser encaminhado ao TCU, a avaliação do cumprimento dessas metas anuais.



3.8. Custos indiretos

Os custos indiretos correspondem a despesas operacionais necessárias à consecução do objeto do TED, tais como:

- a) aluguéis;
- b) manutenção e limpeza de imóveis;
- c) fornecimento de energia elétrica e de água;
- d) serviços de comunicação de dados e de telefonia;
- e) taxa de administração; e
- f) consultoria técnica, contábil e jurídica.



Fluxo Operacional



Grupo de Investimento

- Obra
- Serviço
- Equipamento

Forma de Execução

- **Direta:** utilização da força de trabalho da descentralizada
- **Contratação de Particulares:** licitações e contratos
- **Descentralizada:** Permite celebrar convênios e instrumentos congêneres.



Programas TED

Descentralizador

Grupo de Investimento:

☐

Obra



Serviço



Equipamento

Autoriza subdescentralização para outro Órgão ou unidade da Administração Federal?

☐ Sim

☒ Não

Autoriza a realização de despesas com custos indiretos necessários à consecução do objeto do TED?

☐ Sim

☒ Não

Autoriza a execução dos créditos orçamentários de forma descentralizada?

☐ Sim

☒ Não



Parecer Referencial SEI nº 13085/2020/ME

31. Por fim, no que concerne à descentralização, execução mediante contratação de particulares e execução indireta, tem-se que seu uso demanda justificativa específica, ainda que sucinta, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.784/99 já citada. Registre-se que tal sugestão não visa a dar caráter de preterição da descentralização ou execução por particulares ou indireta em relação à execução direta, mas apenas dar maior transparência ao processo, pois, em tais casos, a execução não seria "auto-explicativa", nem justificada pela declaração de capacidade técnica da unidade descentralizada já exigida e da qual se tratará adiante.



**Transfere
gov.br**

Exercício 2

Cadastrar Programa

PLANEJAMENTO

ORÇAMENTO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CONTABILIDADE

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

CONTROLE





Descentralizadora - Repassador

CPF 046.408.531-49

2981 - SEDGG - Secretaria Especial de
Desburocratização, Gestão e Governo Digital

SENHA
Sol@2024

TRANSFEREGOV.BR



Descentralizada – Recebedor

CPF 647.967.011-68

235876 – ME - Ministério da Economia

4. Plano de Ação/Plano de Trabalho

ORÇAMENTO
GESTÃO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CONTABILIDADE
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTROLE



Plano de Ação



4.1. Observações preliminares

É fundamental que o Plano de Trabalho do TED contenha os elementos mínimos necessários para avaliar a adequação da proposta, respeitada fielmente a classificação funcional programática.

Com esse objetivo, o art. 8º do Decreto estabeleceu que o Plano de Trabalho conterá, no mínimo:

I - a descrição do objeto;

II - a justificativa;



ORÇAMENTO

GESTÃO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CONTABILIDADE

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

CONTROLE



4.1. Observações preliminares

III - o cronograma físico, com a descrição das metas e dos produtos pactuados, as unidades de medida, a quantidade e os valores unitários e totais;

IV - o cronograma de desembolso;

V - o plano de aplicação consolidado até o nível de elemento de despesa;

VI - a identificação das unidades descentralizadora e descentralizada, com discriminação das unidades gestoras; e

VII - a identificação dos signatários.



4.2. Descrição do objeto

O objeto de um TED é o resultado que se pretende obter, ou seja, o produto desse termo, observados o programa de trabalho e as finalidades da avença.

Ele deve ser descrito com clareza, de modo a mitigar as possibilidades de desvio na sua consecução.

Devem ser também estabelecidas as metas, que são parcelas quantificáveis do objeto, e as etapas ou fases de execução.

Note-se que o objeto pode envolver tanto um benefício direto para a sociedade quanto para os órgãos envolvidos.



4.2. Descrição do objeto

Em determinados casos, é conveniente que o Plano de Trabalho contenha uma descrição sumária da metodologia que será utilizada para a consecução do objeto do TED.



Plano de Trabalho

Metas e Etapas do Projeto

- Cronograma Físico com datas
- Cronograma Financeiro com pesquisa de preços
- Plano de Aplicação Consolidado
- Cronograma de Desembolso

IN Nº 65/21

NLLC 14.133/21



4.3. Definição dos resultados esperados e dos cronogramas de execução do projeto e desembolso

A descrição dos resultados esperados pode ser feita a partir da caracterização do produto que se busca obter, da forma de entrega/geração desse produto e do prazo estabelecido para essa entrega/geração.



4.4. Previsão orçamentária e sua relação com o plano de aplicação

A previsão orçamentária é o detalhamento orçamentário com previsão de desembolso e classificação orçamentária da despesa.

Assim sendo, a previsão orçamentária deverá informar a unidade orçamentária, o grupo de natureza de despesa (GND), a fonte, o valor por exercício (R\$) e o total (R\$).

É essencial que a previsão orçamentária e o plano de aplicação estejam em sintonia. Afinal, a unidade descentralizadora se compromete a descentralizar os créditos orçamentários e a repassar os recursos financeiros na forma prevista no cronograma de desembolso, o qual foi elaborado com fulcro no plano de aplicação.



4.4. Previsão orçamentária e sua relação com o plano de aplicação

Cabe acrescentar que o Plano de Trabalho obrigatoriamente incluirá a previsão orçamentária e os cronogramas de execução física-financeira e de desembolso. É fundamental que ele contenha os elementos mínimos necessários para avaliar a adequação da proposta, respeitada fielmente a classificação funcional programática.,



Plano de Trabalho

Plano de Aplicação Consolidado



10.2.3. CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR NATUREZA Anexo III [da Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001](#), consolidada pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021

NATUREZA	DÍGITO(S)	1º	2º	3º e 4º	5º e 6º	7º e 8º
	NÍVEL	Categoria Econômica	Grupo de Natureza de Despesa	Modalidade de Aplicação	Elemento de Despesa	Subelemento

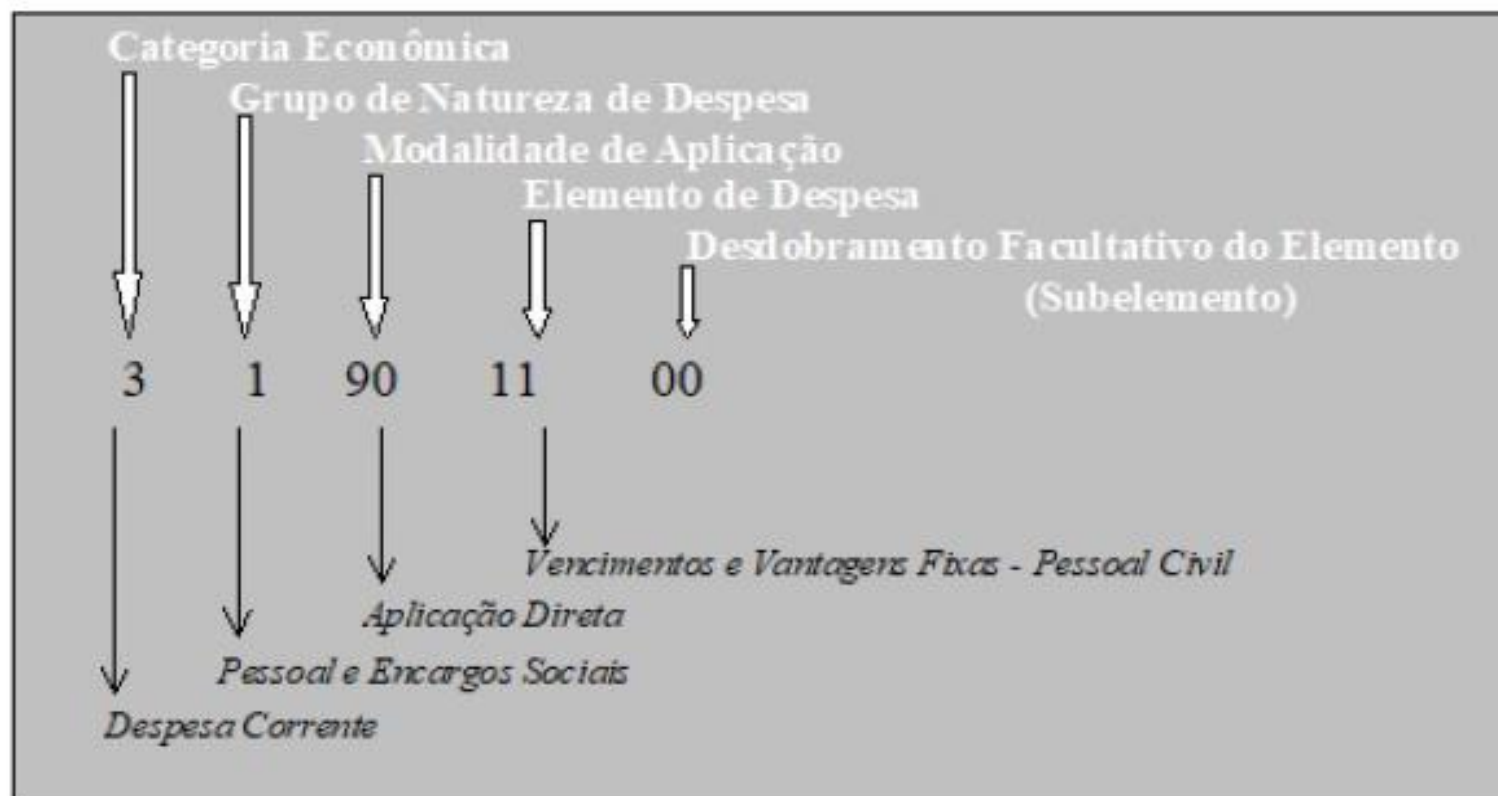


Plano de Trabalho

Natureza de Despesa

1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Categoria Econômica	Grupo de Natureza da Despesa	Modalidade de Aplicação		Elemento de Despesa		Subelemento	

Exemplo: código "3.1.90.11.00", segundo o esquema abaixo:



Plano de Trabalho

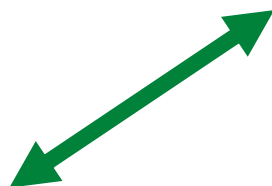
Categoria e Grupo de Natureza

CÓDIGO	GRUPOS DE NATUREZA DA DESPESA
1	Pessoal e Encargos Sociais
2	Juros e Encargos da Dívida
3	Outras Despesas Correntes
4	Investimentos
5	Inversões financeiras
6	Amortização da Dívida
9	Reserva de Contingência

CÓDIGO	CATEGORIA ECONÔMICA
3	Despesas Correntes
4	Despesas de Capital

Fonte: MTO2025 Pag. 67 e 68

NATUREZA	DÍGITO(S) 1º	2º	3º e 4º	5º e 6º	7º e 8º
	NÍVEL	Categoria Econômica	Grupo de Natureza de Despesa	Modalidade de Aplicação	Elemento de Despesa
					Subelemento



Plano de Trabalho

Modalidade de Aplicação



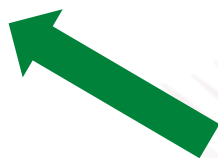
NATUREZA	DÍGITO(S) 1º	2º	3º e 4º	5º e 6º	7º e 8º
	NÍVEL	Categoria Econômica	Grupo de Natureza de Despesa	Modalidade de Aplicação	Elemento de Despesa
					Subelemento

CÓDIGO	MODALIDADES DE APLICAÇÃO
20	Transferências à União
22	Execução Orçamentária Delegada à União
30	Transferências a Estados e ao Distrito Federal
31	Transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo
32	Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal
35	Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012
36	Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012
40	Transferências a Municípios
50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
80	Transferências ao Exterior
90	Aplicações Diretas

Plano de Trabalho

Elemento de Despesa

NATUREZA	DÍGITO(S)	1º	2º	3º e 4º	5º e 6º	7º e 8º
	NÍVEL	Categoria Econômica	Grupo de Natureza de Despesa	Modalidade de Aplicação	Elemento de Despesa	Subelemento



ELEMENTOS DE DESPESA	
1	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas
3	Pensões
4	Contratação por Tempo Determinado
6	Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso
7	Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência
8	Outros Benefícios Assistenciais do servidor e do militar
10	Seguro Desemprego e Abono Salarial
11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
12	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar
13	Obrigações Patronais
14	Diárias - Civil
15	Diárias - Militar
16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

Fonte: MTO2025 Pag. 76 e 77

Plano de Trabalho

Dec 10.426/20 Art. 8º V - o plano de aplicação consolidado até o nível de **elemento de despesa**;



	DÍGITO(S)	1º	2º	3º e 4º	5º e 6º	7º e 8º
NATUREZA	NÍVEL	Categoria Econômica	Grupo de Natureza de Despesa	Modalidade de Aplicação	Elemento de Despesa	Subelemento





PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO

NATUREZA	DÍGITO(S)	1º	2º	3º e 4º	5º e 6º	7º e 8º
	NÍVEL	Categoria Econômica	Grupo de Natureza de Despesa	Modalidade de Aplicação	Elemento de Despesa	Subelemento

DESPESA DE
CAPITAL

4

INVESTIMENTO

4

APLICAÇÃO
DIRETA

90

OBRAS E
INSTALAÇÕES

51



NATUREZA	DÍGITO(S)	1º	2º	3º e 4º	5º e 6º	7º e 8º
	NÍVEL	Categoria Econômica	Grupo de Natureza de Despesa	Modalidade de Aplicação	Elemento de Despesa	Subelemento

3

DESPESA
CORRENTE

3

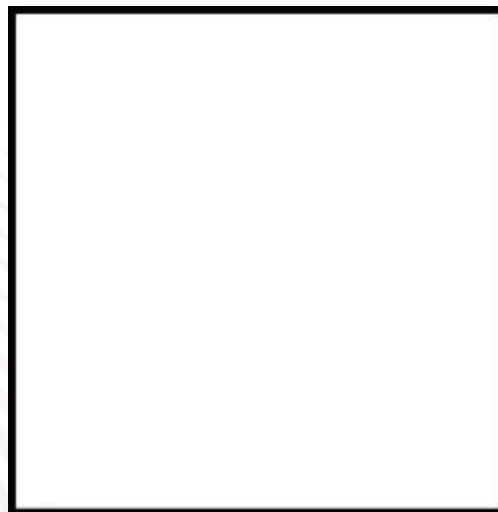
ODC

90

APLICAÇÃO
DIRETA

30

OBRAS E
INSTALAÇÕES



NATUREZA	DÍGITO(S)	1º	2º	3º e 4º	5º e 6º	7º e 8º
	NÍVEL	Categoria Econômica	Grupo de Natureza de Despesa	Modalidade de Aplicação	Elemento de Despesa	Subelemento

DESPESA DE CAPITAL **4**
 INVESTIMENTO **4**
 APLICAÇÃO DIRETA **90**
 A CLASSIFICAR **99**



4.5. Vigência

- Conforme estabelecido no art. 10 do Decreto, o prazo de vigência do TED não será superior a sessenta meses, incluídas eventuais prorrogações.
- Posteriormente, veremos as hipóteses de prorrogação.



4.6. Projeto básico e termo de referência

O art. 6º, XXV, da Lei 14.133/2021 definiu o Projeto Básico como sendo:

“conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:”



4.6. Projeto básico e termo de referência

Segundo o art. 6º, XXIII, da nova Lei de Licitações e Contratos, o termo de referência é documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;



4.6. Projeto básico e termo de referência

- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;



4.6. Projeto básico e termo de referência

- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária.



Fluxo Operacional





Exercício 3

Cadastrar Dados Básicos e Plano de Ação





Descentralizadora - Repassador

CPF 046.408.531-49

2981 - SEDGG - Secretaria Especial de
Desburocratização, Gestão e Governo Digital

SENHA
Sol@2024

TRANSFEREGOV.BR



Descentralizada – Recebedor

CPF 647.967.011-68

235876 – ME - Ministério da Economia

5. Análise do Projeto e Formalização do Termo de Execução Descentralizada

ORÇAMENTO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CONTABILIDADE

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

CONTROLE



5.1. Análise do Plano de Trabalho

O plano de trabalho será analisado quanto à sua viabilidade e adequação aos objetivos colimados pela unidade descentralizadora.

Além disso, será avaliada a qualificação técnica e a capacidade operacional da unidade descentralizada, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão ou entidade descentralizador.

Será comunicada ao proponente qualquer falha, imprecisão ou divergência constatada no plano de trabalho, que deverá ser sanada no prazo estabelecido pelo descentralizador.



5.2. Análise do termo de referência e do projeto básico

O termo de referência e o projeto básico, em regra, não serão analisados pela unidade descentralizadora. Se forem analisados e aprovados, passarão a integrar o plano de trabalho.

Se forem constatados vícios sanáveis no projeto básico ou no termo de referência, eles serão comunicados ao ente descentralizado, que disporá de prazo para saná-los.



5.3. Demais observações

O plano de trabalho será analisado quanto à viabilidade, aos custos, à adequação ao programa e à ação orçamentária e ao período de vigência.

É permitido o pagamento de despesas relativas a custos indiretos necessários à consecução do objeto, no limite de 20% do valor global pactuado, mediante previsão expressa no plano de trabalho.



5.3. Demais observações

Esse limite poderá, excepcionalmente, ser ampliado quando custos indiretos superiores forem imprescindíveis para a execução do objeto, mediante justificativa da descentralizada e aprovação da descentralizadora.

Na hipótese de execução de forma descentralizada por meio de convênio ou instrumento similar, a proporcionalidade e as vedações referentes aos tipos e percentuais de custos indiretos observarão a legislação aplicável a cada tipo de ajuste.



Por meio do Acórdão 3.036/2021 – 2ª Câmara, de 02/03/2021, o TCU deu ciência à Fundação Universidade do Amazonas (Ufam) e à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com fundamento no art. 9º, I, da Resolução-TCU 315/2020, de que, no âmbito da execução do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor), a Ufam realizou pagamento a seus servidores para a realização de atividades administrativas de apoio, o que é vedado pelo item 9.5 do Manual Operativo do Parfor.



No entanto, no caso da Ufam, devido à necessidade de implantação urgente do programa e aos obstáculos que seriam enfrentados pelos gestores na contratação de terceiros, inclusive com aumento de custo para entidade, entendeu-se razoável que eles tenham optado por utilizar servidores públicos para prestar os serviços técnicos necessários à execução do programa.

Para a contratação dos serviços, seria necessário acionar a Fundação Unisol que, para administrar o programa, resgataria entre 5 a 10% de parte do orçamento do PARFOR como taxa de administração. Todos os encargos trabalhistas deveriam ser garantidos também através dos recursos do PARFOR.



Não seria admissível colocar em risco a execução de um programa da grandeza de atividades e de necessidade social premente como o PARFOR, com improvisações de operadores de atividades complexas e específicas, como os controles e registros antes mencionados, bem como a segurança em face do uso de senhas. Os servidores que atuavam no PARFOR reuniam uma acumulada experiência que dava a segurança desejada e esperada. Assim foi feito porque naquele momento não havia possibilidade diversa para a continuidade do Programa.



Por meio do Acórdão 377/2021 - Plenário, de 03/03/2021, foi julgada auditoria realizada na Universidade Federal do Paraná (UFPR), na Fundação da Universidade Federal do Paraná (Funpar) e na Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (Fupef), com o objetivo de avaliar a aplicação de recursos públicos descentralizados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), pela Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras) e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).



Naquela oportunidade, o TCU destacou que

- a) foi comprovado que os projetos de pesquisa a cargo da UFPR foram efetivamente executados;
- b) restou comprovado que os projetos executados pelas fundações de apoio envolveram atividades de pesquisa, descaracterizando a existência de irregularidade em sua contratação;
- c) restaram elididas as questões relacionadas à subcontratação dos objetos de alguns ajustes, inexistindo mácula nos procedimentos adotados;
- d) foram elididas as questões relacionadas a pagamentos supostamente indevidos a pessoas físicas e jurídicas diversas;



- e) restaram afastados os indícios de que os recursos captados por meio das descentralizações de crédito tenham privilegiado interesses privados;
- f) o pagamento de bolsas-projeto para docentes no âmbito dos projetos tratados nestes autos foi regular;
- g) o Decreto 10.426/2020 contribuiu para o fortalecimento dos mecanismos de controle inerentes à utilização do TED.



Nesse contexto, o TCU deu ciência ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários de que, à luz das disposições contidas no Decreto 10.426/2020 e as características próprias dos projetos desenvolvidos pelas Instituições Federais de Ensino, é necessário estabelecer metodologia específica para a pactuação de descentralizações orçamentárias, considerando as finalidades e as características dessas entidades, contemplando:

- i) motivação necessária para justificar a escolha em detrimento da contratação de empresas privadas;



- ii) previsão dos resultados em termos de ensino, pesquisa e extensão e a estimativa da mobilização de docentes e alunos de graduação e pós-graduação;
- iii) devida orçamentação nos planos de trabalho, considerando a inexistência de encargos trabalhistas e de incidência de lucros nas atividades realizadas por docentes, servidores e alunos;
- iv) previsão da execução descentralizada das Universidades por meio da utilização de fundações de apoio, se for o caso; e
- v) estimativa dos custos decorrentes da execução indireta.



5.3. Demais observações

Observações:

- a) a celebração do TED dependerá de prévia aprovação do plano de trabalho pela unidade descentralizadora;
- b) o plano de trabalho, anexo ao TED, deverá basear-se no projeto básico ou no termo de referência, os quais permanecerão arquivados e disponíveis para consulta na unidade descentralizada e deverão conter, entre outros elementos, o detalhamento estimativo de custos dos bens e serviços.



5.4. Cláusulas necessárias

Em conformidade com o disposto no art. 9º do Decreto, são cláusulas necessárias as que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos, em consonância com o plano de trabalho aprovado e assinado, que integrará o termo celebrado;
- II - as obrigações dos partícipes;
- III - a vigência, fixada de acordo com o prazo previsto para a consecução do objeto e em função das metas estabelecidas;
- IV - os valores e a classificação funcional programática;



5.4. Cláusulas necessárias

V - a destinação e a titularidade, quando for o caso, dos bens adquiridos, produzidos ou construídos em decorrência da descentralização de créditos e dos bens remanescentes quando da conclusão ou extinção do ajuste, observada a legislação pertinente; e

VI - as hipóteses de denúncia e rescisão.

Outras obrigações decorrentes de especificidades do programa ou da ação orçamentária ou de atos normativos da unidade descentralizadora constarão como cláusulas específicas do TED.



5.5. Vigência

- Conforme estabelecido no art. 10 do Decreto, o prazo de vigência do TED não será superior a sessenta meses, incluídas eventuais prorrogações.
- Posteriormente, veremos as hipóteses de prorrogação.



5.6. Requisitos para celebração

Além disso, consoante disposto no art. 11 do Decreto, são condições para a celebração do TED:

- I - motivação para a execução dos créditos orçamentários por outro órgão ou entidade;
- II - aprovação prévia do plano de trabalho;
- III - indicação da classificação funcional programática à conta da qual ocorrerá a despesa, por meio de certificação orçamentária;



5.6. Requisitos para celebração

IV - apresentação da declaração de compatibilidade de custos dos itens que compõem o plano de trabalho; e
V - apresentação da declaração de capacidade técnica da unidade descentralizada.

A nota de movimentação de crédito será emitida após a publicação do termo, com a indicação obrigatória do número de registro do TED junto ao Siafi.



5.6. Requisitos para celebração

Observação:

Deverá constar do Termo de Execução Descentralizada o nome da área técnica da unidade descentralizadora responsável pelo monitoramento da execução do objeto do Termo de Execução Descentralizada.



Fluxo Operacional



Exercício 4

Análise do Plano de Ação



PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CONTABILIDADE
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTROLE





Descentralizadora - Repassador

CPF 046.408.531-49

2981 - SEDGG - Secretaria Especial de
Desburocratização, Gestão e Governo Digital

SENHA
Sol@2024

TRANSFEREGOV.BR



Descentralizada – Recebedor

CPF 647.967.011-68

235876 – ME - Ministério da Economia

6. Assinatura e Publicação

ORÇAMENTO

GESTÃO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CONTABILIDADE

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

CONTROLE



6.1. Assinatura

Art. 13. O TED será assinado pelo Ministro de Estado ou pelo dirigente máximo da entidade da administração pública federal.

Parecer Referencial SEI nº 13085/2020/ME

27. No que concerne à comprovação de competência para assinar o TED, conforme consta em observação do próprio modelo de Termo de Execução Descentralizada, não existe qualquer vedação à delegação de competência, de modo que permitida, nos termos do art. 12 da Lei nº 9.784/99. Desse modo, compete ao Sr. Ministro de Estado a assinatura do Termo de Execução Descentralizada, salvo se tiver havido delegação dessa competência.

28. Ainda nesse ponto, registre-se que esta Procuradoria-Geral Adjunta de Consultoria de Contratos e Disciplina possui o entendimento, esposado no PARECER SEI Nº 670/2020/ME de que um Decreto que modifique o exercício de determinada competência não tem o condão de necessariamente revogar todo e qualquer ato anterior que delegue tal competência, se tal ato for com ele compatível. Em outras palavras, se houver portaria firmada pelo Sr. Ministro de Estado delegando a atribuição de firmar Termos de Execução Descentralizada, com outras subdelegando tal atribuição, tais portarias encontrar-se-iam recepcionadas pelo Decreto nº 10.426/20, caso com ele compatíveis, sem a necessidade de reedição ou ratificação.



6.2. Publicação

Consoante disposto no art. 14 do Decreto, o TED e seus eventuais termos aditivos serão publicados no sítio eletrônico oficial da unidade descentralizadora, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura.

As unidades descentralizadora e descentralizada disponibilizarão a íntegra do TED celebrado e do plano de trabalho atualizado em seus sítios eletrônicos oficiais nesse mesmo prazo.



Fluxo Operacional



Exercício 5

Assinatura



PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO
CONTABILIDADE
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTROLE





Descentralizadora - Repassador

CPF 046.408.531-49

**2981 - SEDGG - Secretaria Especial de
Desburocratização, Gestão e Governo Digital**

**SENHA
Sol@2024**

TRANSFEREGOV.BR



Descentralizada – Recebedor

CPF 647.967.011-68

235876 – ME - Ministério da Economia

7. Execução do TED

ORÇAMENTO
GESTÃO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CONTABILIDADE
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTROLE



7.3. Liberação de recursos

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que deve ser fielmente obedecido o cronograma de desembolso. Qualquer alteração nesse cronograma dependerá de prévia anuência do descentralizador e da edição de um termo aditivo.

Após a publicação do extrato do TED, a área técnica da unidade descentralizadora solicitará a liberação do orçamento, realizará os devidos registros no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e liberará o crédito orçamentário e os recursos financeiros.



7.3. Liberação de recursos

A descentralização orçamentária deve contemplar todo o montante orçamentário do ano conforme disposto no Art. 60 da Lei 4.320/1964, que exige o prévio empenho das despesas do exercício.

A descentralização financeira pode ser efetuada em uma ou mais parcelas, conforme estabelecido no cronograma financeiro e no plano de trabalho.

Sempre lembrando que o valor total das despesas está limitado ao montante descentralizado, sob pena de suspensão das atividades.



7.4. Vigência e Prorrogação

Conforme estabelecido no art. 10 do Decreto, o prazo de vigência do TED não será superior a sessenta meses, incluídas eventuais prorrogações.

Excepcionalmente, a vigência do TED poderá ser prorrogada por até doze meses, mediante justificativa da unidade descentralizada e aceite pela unidade descentralizadora, nas hipóteses em que:

I - tenha ocorrido atraso na liberação dos recursos financeiros pela unidade descentralizadora;



7.4. Vigência e Prorrogação

II - tenha ocorrido paralisação ou atraso na execução do objeto pactuado em decorrência de:

- a) determinação judicial;
- b) recomendação de órgãos de controle; ou
- c) em razão de caso fortuito, força maior ou interferências imprevistas; ou

III - o objeto destine-se à execução de obras, projetos e serviços de engenharia.



7.4. Vigência e Prorrogação

Na hipótese de atraso na liberação dos recursos, o TED será prorrogado de ofício pela unidade descentralizadora, por um prazo limitado ao período de atraso.

Recomenda-se que a possibilidade de prorrogação esteja expressa no Termo.

Em geral, o prazo de vigência começa a ser contado a partir da data de assinatura do TED, podendo ser prorrogado por meio de termo aditivo.



7.5. Fiscalização da execução do objeto

O órgão repassador tem a obrigação de aferir a execução física do objeto, não podendo se eximir de fiscalizar a realização do que consta no plano de trabalho.

O art. 17 do Decreto estabelece que, no prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, as unidades descentralizadora e descentralizada designarão os agentes públicos federais que atuarão como fiscais titulares e suplentes do TED e exercerão a função de monitoramento e avaliação da execução do objeto pactuado.



7.6. Vedações para a execução

O TED deverá ser executado em estrita observância com o Plano de Trabalho e as cláusulas avençadas, sendo vedado executar programas, atividades ou ações que não estejam previstas no orçamento da unidade descentralizadora.



Termos Aditivos - SIAFI

- Para o Termo Aditivo de alteração de valor, o Gestor poderá utilizar os eventos **58.0.780** e **59.0.212**, no SIAFI, para incluir saldo de valor firmado e programação orçamentária, respectivamente.
- Os eventos para registro de aditivo de supressão são: **59.0.166** e **59.0.167**
- Essa inclusão ocorrendo pelo SIAFI, não irá impactar o cadastro, tampouco a relação de documentos contábeis.
- Contudo, os saldos contábeis serão majorados e o gestor conseguirá realizar a PF sem erro de conta sem saldo.



8. PROVIDÊNCIAS QUE PODEM SER ADOTADAS PARA CORRIGIR PROBLEMAS

ORÇAMENTO
GESTÃO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CONTABILIDADE
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTROLE



8.1. Alterações no TED

O TED poderá ser alterado mediante proposta formal e justificada, **vedada a alteração do objeto aprovado.**

As alterações serão previamente aprovadas pelas unidades descentralizadora e descentralizada, observada a tempestividade, de forma que não haja prejuízo à execução do objeto pactuado.

As alterações no plano de trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED poderão ser realizadas por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo.



8.1. Alterações no TED

As alterações que impliquem acréscimo ou decréscimo no valor do TED não se submetem ao limite estabelecido no art. 125 da Lei 14.133, de 2021.

PLANEJAMENTO
GESTÃO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CONTABILIDADE
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTROLE



8.2. Prorrogação de ofício

A prorrogação de ofício ocorre quanto a unidade descentralizadora dá causa, de forma unilateral, à impossibilidade de o objeto avençado ser adimplido no prazo originalmente fixado. Isso ocorre fundamentalmente quando ocorre um atraso na liberação dos recursos.

Essa prorrogação é obrigatória.

Note-se que essa prorrogação deverá equivaler ao exato período do atraso verificado. Ou seja, busca compensar a postergação provocada pela descentralizadora, sendo vedado conceder um benefício extra à descentralizada.



9. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

PLANEJAMENTO
ORÇAMENTO
GESTÃO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CONTABILIDADE
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTROLE



9.1. Prestações de contas parciais

A responsabilidade pela execução dos créditos descentralizados e dos recursos repassados é compartilhada entre os órgãos participantes do Termo de Execução Descentralizada.

A unidade descentralizadora é responsável pelo acompanhamento da execução física.

Já a unidade descentralizada responde pela operacionalização dos créditos e pela execução dos recursos repassados.



9.1. Prestações de contas parciais

A descentralizada deve encaminhar para a descentralizadora relatórios de conclusão do objeto, que podem ser parciais ou final.

Os relatórios parciais são particularmente necessários quando se trata de um TED com vigência plurianual ou quando o objeto é muito complexo. Em ambos os casos, é recomendável a implementação de um acompanhamento tempestivo da execução do objeto.

Sugiro que a periodicidade de envio desses relatórios varie entre quatro e seis meses, dependendo do caso concreto.



9.2. Prestação de contas final

O relatório final de cumprimento do objeto será apresentado pela unidade descentralizada no prazo de cento e vinte dias, contado da data do encerramento da vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

Na hipótese de não haver apresentação desse relatório no prazo estabelecido, a unidade descentralizadora estabelecerá o prazo de trinta dias para a apresentação do relatório.



9.2. Prestação de contas final

Caso esse novo prazo seja descumprido, a unidade descentralizadora solicitará à descentralizada a instauração imediata de tomada de contas especial para apurar os responsáveis e eventuais danos ao erário.

A análise do relatório de cumprimento do objeto pela unidade descentralizadora abrangerá a verificação quanto aos resultados atingidos e o cumprimento do objeto pactuado.



Parecer Referencial SEI nº 13085/2020/ME

55. Já o segundo ponto a merecer tratamento neste item do parecer diz respeito à apresentação do relatório de cumprimento do objeto, sua natureza e os termos da minuta que nos fora apresentada, haja vista que, de acordo com o próprio texto do Decreto nº 10.426/2020 e as instruções dadas nos webnários promovidos pela Secretaria de Gestão, a avaliação que ocorre no Termo de Execução Descentralizada é centrada nos resultados e não nos meios, o que demanda adequada compreensão, inclusive considerando o que fora dito anteriormente sobre a compatibilidade de custos e a delegação de competência para uso de programação orçamentária.

56. Iniciando a análise tem-se que, sendo uma avaliação voltada para os resultados, estes serão centrais no relatório em questão. Mais especificamente, interessará o cumprimento das metas estabelecidas mediante as atividades e os produtos previstos no termo. E a partir de cada meta, atividade e produto, será feita a análise de custos, comparando-se com o estabelecido como máximo no Plano de Trabalho, sem prejuízo da solicitação de informações e documentação adicional pela unidade descentralizadora, caso os valores se mostrem destoantes em relação ao que seria presumivelmente aceitável como legítimo.

57. É importante tratar individualizadamente de cada meta/produto/atividade pois a apresentação de relatórios parciais é opcional e depende de pedido nesse sentido da unidade descentralizadora, ou de previsão no instrumento do TED. Se o Plano de Trabalho aborda mais de uma meta, o relatório final deve abordá-las uma a uma, indicando os custos incorridos com a sua obtenção e o produto da execução, culminando com o resultado final de todas as metas alcançadas, atividades feitas e produtos construídos, tudo isso de modo a ficarem claros eventuais casos de execuções parciais.



Parecer Referencial SEI nº 13085/2020/ME

58. Uma vez recebido o relatório, deve a Administração aferir se os resultados relatados são adequados em relação aos pactuados, podendo, se for o caso, se utilizar de solicitação de documentos adicionais ou de vistorias *in loco*. Deve-se enfatizar que a possibilidade de vistoria não gera uma obrigação de assim fazê-lo: o Termo de Execução Descentralizada pode ser utilizado para a execução de toda uma sorte de atividades administrativas, de complexidade variada, e em alguns casos a vistoria será relevante e em outros desnecessária ou até inviável. O que o Decreto fez foi apenas abrir a possibilidade, dar o instrumento para que a unidade descentralizadora utilize-se da melhor forma de fiscalização para o objeto em questão.

59. A Administração deve também verificar a conformidade dos custos efetivamente ocorridos, ou seja, deve-se aferir se o que foi gasto respeitou os limites máximos previstos no TED e se não houver desvio de recursos (desvio de finalidade) ou atuação com má-fé, já que ambos gerariam irregularidades passíveis de potencial responsabilização e ressarcimento. Eventuais indícios de ocorrência de quaisquer dessas irregularidades poderá motivar a tomada das providências do art. 23, §1º para melhor esclarecimento dos fatos. Por outro lado, ausente razão para suspeitas quanto aos custos e não sendo ultrapassados os limites máximos previstos no TED, são presumivelmente legítimos os atos feitos pelo órgão ou entidade descentralizado, podendo a avaliação focar nos resultados.

CONTROLE



9.2. Prestação de contas final

Essa análise deverá ocorrer no prazo de cento e oitenta dias, contado da data do recebimento do relatório de cumprimento do objeto.

Se esse relatório não for aprovado ou for identificado desvio de recursos, a unidade descentralizadora solicitará que a descentralizada instaure, imediatamente, a tomada de contas especial para apurar os responsáveis e eventuais danos ao erário.



9.2. Prestação de contas final

Com fulcro nas informações prestadas pela descentralizada, a descentralizadora vai realizar a análise de mérito do TED, com o fito de verificar se o respectivo objeto foi executado em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho.

Assim, será avaliado se o objeto foi executado no tempo previsto e se observa os requisitos estipulados no Plano de Trabalho (o que implica dizer que atende as necessidades da descentralizadora).



9.2. Prestação de contas final

Adicionalmente, a descentralizadora realizará a análise financeira, com o fito de comprovar se os créditos orçamentários e os recursos transferidos foram utilizados em consonância com o que foi definido no Plano de Trabalho.



9.3. Devolução de recursos

Os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados e os recursos financeiros não utilizados serão devolvidos à unidade descentralizadora até quinze dias antes da data estabelecida para encerramento do exercício financeiro, salvo quando a descentralização for efetivada após essa data. Nessa hipótese, os partícipes acordarão nova data para a devolução dos créditos.



9.3. Devolução de recursos

Após o encerramento do TED ou a conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro, os créditos orçamentários e os recursos financeiros serão devolvidos no prazo de trinta dias, contado da data do encerramento ou da conclusão.



9.4. Tomada de Contas Especial

De acordo com o art. 2º da IN 71/2012, a “*tomada de contas especial é um processo administrativo devidamente formalizado, com rito próprio, para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à administração pública federal, com apuração de fatos, quantificação do dano, identificação dos responsáveis e obter o respectivo ressarcimento”.*

Segundo o professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, a “*tomada de contas especial é um processo excepcional de natureza administrativa, que visa apurar responsabilidade por omissão ou irregularidade no dever de prestar contas ou por dano causado ao Erário*”.



9.4. Tomada de Contas Especial

A entidade descentralizadora deverá notificar a unidade descentralizada quando não for apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados (relatório de execução do objeto) ou for constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos.

Caso os problemas não sejam resolvidos de forma amigável, deverá instaurar a Tomada de Contas Especial (último recurso).



9.4. Tomada de Contas Especial

A unidade descentralizada instaurará a tomada de contas especial, na hipótese de:

I - identificação de indícios de atos de improbidade que importem enriquecimento ilícito ou que causem lesão ao erário; ou

II - solicitação da unidade descentralizadora ou dos órgãos de controle, em decorrência da identificação desses indícios.



9.4. Tomada de Contas Especial

A unidade descentralizada iniciará os procedimentos de instauração da tomada de contas especial no prazo de trinta dias, contado da data do recebimento da comunicação da unidade descentralizadora ou dos órgãos de controle.

Caso a entidade descentralizada detecte indícios de dano ao erário, ela deverá iniciar de imediato os referidos procedimentos.



Parecer Referencial SEI nº 13085/2020/ME

60. Prosseguindo nesse ponto, vale a menção às repercussões de eventual falha detectada, seja pela não execução ou execução parcial do termo, seja pela verificação de desvio de recursos ou outras circunstâncias similares já que, como o Decreto não chega a tratar dessa questão com detalhes, a previsão de tais repercussões deve se dar no próprio Termo de Execução Descentralizado, caso se entenda oportuno.

61. Enquanto houver apenas a descentralização (ou subdescentralização) de orçamento ou até do financeiro, não há desembolsos, nem potencial para despesas ou danos propriamente ditos. Mas, uma vez feitos pagamentos, quando o dinheiro sai do Orçamento-Geral da União - OGU (para pagamento de contratos, transferência em convênios ou remuneração de pessoal de qualquer natureza) poderá haver o dano, responsabilidade e começariam a incorrer obrigação de pagamento de juros e correção monetária, bem como de devolução de recursos.

62. Disso se extrai o primeiro ponto: eventuais ressarcimentos, juros ou correção monetárias só são exigíveis pelo ordenamento jurídico na operação em que os recursos saiam do Orçamento-Geral da União para terceiros.

63. Desse modo, especificamente quanto à responsabilização, entende-se que o retorno ao *status quo ante* ocorre com a tomada das devidas providências para recomposição do orçamento público, seja pela cobrança do dinheiro, seja do serviço não prestado. Para tanto deve a unidade descentralizada (ou subdescentralizada) tomar as providências necessárias para tanto, inclusive instaurar Tomada de Contas Especial. Se tais medidas não forem tomadas, cabe à unidade descentralizadora instar a descentralizada a assim fazê-lo ou, caso não obtenha êxito, instaurar, ela própria, tomada de contas especial.



Entregas Programadas

- Relatórios de Cumprimento do Objeto
- Eventos de Prestação de contas – Integração com o SIAFI
- Geração de Documentos em PDF (Plano de Ação e TED)
- Reprogramações (TA, Apostilamento, Ajustes do Plano de Trabalho, outros)

<https://www.gov.br/transferegov/pt-br/termo-de-execucao-descentralizada-ted/modelos-e-minutas-padrao>





Descentralizadora - Repassador

CPF 046.408.531-49

2981 - SEDGG - Secretaria Especial de
Desburocratização, Gestão e Governo Digital

SENHA
Sol@2024

TRANSFEREGOV.BR



Descentralizada – Recebedor

CPF 647.967.011-68

235876 – ME - Ministério da Economia

“Aprendi muito com meus mestres; aprendi muito mais com meus colegas; aprendi muitíssimo com meus discípulos”
Ditado hebraico



MUITO OBRIGADO!



PROF_LUCIANOMACHADO